

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RENÉE BATISTA DO NASCIMENTO

CRISE UCRANIANA

**A disputa de poder entre União Europeia e Rússia na perspectiva da Teoria do
Realismo Clássico no período de 1990 à 2014.**

RECIFE

2017

RENÉE BATISTA DO NASCIMENTO

CRISE UCRANIANA

A disputa de poder entre União Europeia e Rússia na perspectiva da Teoria do Realismo Clássico no período de 1990 à 2014.

Monografia apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

ORIENTADOR M.Sc.: Prof. Charles Hodges

**RECIFE
2017**

Ficha catalográfica

Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

N244c Nascimento, Renée Batista do.
Crise ucraniana: a disputa de poder entre União Europeia e Rússia na perspectiva da Teoria do Realismo Clássico no período de 1990 à 2014 / Renée Batista do Nascimento. – Recife, 2017.
41 f. :

Orientador: Prof. Ms. Charles Hodges.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. União europeia. 3. Crise ucraniana.
4. Rússia. I. Hodges, Charles. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã.
III. Título.

CDU 327

RENÉE BATISTA DO NASCIMENTO

CRISE UCRANIANA

A disputa de poder entre União Europeia e Rússia na perspectiva da Teoria do Realismo Clássico

Monografia apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador Charles Hodges
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof^a. Jeanete Viegas
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Aurélio Boaviagem
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por me dar saúde e condições para fazer o bacharelado em Relações Internacionais. Gostaria também de agradecer aos meus pais, aos familiares, à minha namorada e amigos que dividiram comigo essa trajetória de crescimento, aprendizagem e maturidade, que alcancei desde que iniciei o curso.

Sempre pude contar com o apoio das pessoas já citadas e também dos colegas de turma, com quem por alguns anos dividi momentos memoráveis. Por fim, quero agradecer ao professor Antônio Henrique Lucena, por me incentivar a retomar a produção da minha monografia e ao professor orientador Charles Hodges, que mesmo sem nunca ter lecionado para mim, me acolheu de braços abertos para me orientar na produção deste trabalho, tornando esse processo muito tranquilo e prazeroso.

Resumo

A crise ucraniana foi provocada por muitos motivos, entre os mais importantes, temos a disputa de poder entre Rússia e União Europeia. Os dois atores atuam de forma incisiva na região, aplicando toda a sua influência sobre os outros países para conseguir novos aliados. As dificuldades em solidificar a democracia e a ausência de uma economia confiável deixou a Ucrânia em uma situação de grande fragilidade, levando a insurgência da península da Crimeia e de regiões do leste que são de maioria de origem russa. A anexação da Crimeia pelos russos criou um ambiente de grande instabilidade na região, revelando uma relação de dependência energética que deixa a União Europeia em uma condição de fragilidade e impotência frente aos avanços da Rússia na Eurásia. Ao apresentar este novo cenário, a Rússia com a sua nova agenda de desenvolvimento do seu poder relativo vem ganhando cada vez mais espaço entre os grandes atores internacionais.

Palavras-Chave: Crise ucraniana, Rússia, União Europeia, disputa, poder.

Abstract

The Ukrainian crisis was caused by several factors, principal among them a power dispute between Russia and the European Union. Both are important regional actors who seek to exert influence over other countries to attract new allies. The difficulties in consolidating democracy and the absence of a stable economy left the Ukraine extremely fragile, leading to the insurgency in the Crimean peninsula, as well as eastern regions or largely Russian ethnicity. The annexation of Crimea by the Russians created a highly unstable situation in the region, revealing the EU's energy dependency on Russia, putting it in a delicate situation of powerlessness in regards to Russia's advances in Eurasia. Given this new situation, Russia is fully exercising its new agenda of relative power development, gaining importance among the great international actors.

Keywords: Ukraine crisis, Russia, European Union, dispute, power.

Lista de Ilustrações

Figura 01 – Crimeia e região.....	22
Figura 02 – Divisão linguística.....	24
Figura 03 – União Euroasiática.....	27

Sumário

Introdução.....	10
Referencial teórico.....	12
1.1. Realismo clássico	12
1.2. Estado.....	12
1.3. Anarquia	13
1.4. Sobrevivência	14
1.5. Poder	15
1.6. Autoajuda.....	16
1.7. Geopolítica.....	17
Atores e relações	20
2.1. A crise na Ucrânia.....	20
2.2. Anexação da Crimeia pela Rússia	22
2.3. Política Externa russa	26
2.4. Geopolítica russa	26
2.5. Economia.....	28
2.6. Nacionalismo e Pragmatismo.....	29
2.7. União Europeia x Ucrânia	30
2.8. União Europeia x Rússia.....	31
Análises	33
3.1. Estado.....	33
3.2. Anarquia	34
3.3. Sobrevivência	34
3.4. Poder	35
3.5. Autoajuda.....	36
3.6. Cenários possíveis.....	37
Considerações Finais	39
Referências.....	41

Introdução

A Ucrânia é país muito importante na sua região, por suas capacidades internas e a sua localização estratégica. Desde a sua independência vem buscando se tornar um país democrático nos moldes dos países ocidentais. Porém tem sofrido constantes interferências vindas da União Europeia e da Rússia, resultando no fracasso da formação da democracia e baixo crescimento econômico, levando a uma crise interna sem precedentes. A Rússia e a União Europeia disputam a influência na região. Os russos querem se tornar novamente um ator protagonista do cenário internacional, e enquanto a União Europeia busca a manutenção da sua posição na região, evitando que novos atores possam surgir e ameaçar a sua atual condição.

Os atores centrais deste trabalho são a Ucrânia, Rússia e União Europeia. Os fatos narrados vão do início dos anos 90, com a independência do Estado ucraniano, até 2014, com a crise na Ucrânia e a anexação da Crimeia pelos russos.

A crise ucraniana incorpora muitos conflitos para o cenário internacional. O fato de haver anexação de território em pleno século XXI e a “passividade” com a qual a União Europeia age em relação ao fato demonstram que existe muito em jogo nesta disputa de poder, e que cada ação deve ser estrategicamente executada para que não haja grandes perdas. A Rússia se guia por sua política externa pragmática. A União Europeia encontra-se numa situação de dependência com a Rússia que acaba comprometendo qualquer tentativa real de suprimir os avanços da Rússia.

Como referencial teórico, temos a Teoria do Realismo, que estabelece como ator central das suas análises o Estado, descartando a figura do indivíduo dentro do plano doméstico, por acreditar que o Estado sempre age em prol do interesse nacional; desta forma, ele representa todos os indivíduos. No estudo do realismo, dois conceitos recebem grande destaque: o conceito de sobrevivência e o conceito de poder. Na busca pela sobrevivência e manutenção da soberania, o Estado fará tudo o possível, como acordos, alianças e guerras. O conceito de poder pode ser entendido como a soma das capacidades internas de um país e a capacidade de influenciar o sistema internacional, mais do que ser influenciado por ele.

A Geopolítica também analisa as características dos Estados, como localização geográfica, população, produção, recursos naturais, vulnerabilidades,

governo local e outros. Com estas informações, os Estados podem criar estratégias que possibilitam o crescimento do país, a perpetuação do poder e a manutenção da segurança.

Este trabalho monográfico tem como objetivo apresentar o cenário da crise na Ucrânia e os atores envolvidos; as principais diretrizes da política externa russa e suas motivações para a sua expansão; o posicionamento da União Europeia em relação à anexação da Crimeia; identificar o interesse da Rússia e União Europeia no conflito; as ações tomadas após o fato e a análise dos possíveis cenários após os acontecimentos na perspectiva do realismo clássico.

A escolha deste tema se deu pelo interesse em conflitos internacionais. Aproveitamos a oportunidade de produzir um trabalho de pesquisa científica sobre um tema muito recente na história, que é a crise na Ucrânia e a disputa de poder que envolve grandes atores internacionais. Através do tema escolhido, buscamos apresentá-lo na perspectiva do Realismo Clássico da literatura das relações internacionais e também na da Geopolítica, acreditando que uma produção com essa abordagem irá contribuir para o meio acadêmico.

Esta produção está fundamentada na pesquisa bibliográfica, na qual foram utilizados livros, artigos, dissertações e artigos jornalísticos, para através do conteúdo colhido nos materiais utilizados no trabalho, apresentar o tema na perspectiva do Realismo Clássico.

Iniciamos com o referencial teórico que aborda as premissas básicas e conceitos do realismo clássico. Na Geopolítica, abordamos as escolas, determinista, possibilista e integralizada, além das teorias do poder marítimo e terrestre. Em seguida apresentamos a narrativa dos fatos, como, a crise ucraniana, a anexação da Crimeia, a política externa russa e a relação da União Europeia com a Ucrânia e a Rússia. Por fim, fazemos uma análise dos fatos e dos atores a partir dos conceitos apresentados do realismo clássico. Por fim fazemos um exercício em que imaginamos possíveis cenários após a anexação da Crimeia.

Referencial teórico

1.1. Realismo clássico

Iremos utilizar o Realismo, teoria das relações internacionais, como base de análise do problema tratado nessa monografia, através de conceitos como, Estado, Anarquia, Sobrevivência, Poder e Autoajuda. O Realismo clássico utiliza de interpretação de conceitos e contextos de grandes filósofos para legitimar as suas afirmações. Assim, podemos destacar três grandes pensadores que deram a sua contribuição para a teoria. O primeiro deles é Tucídides, que, tratando do assunto *guerra* nas Relações Internacionais, concluiu que o medo de não sobreviver, o medo de deixar de existir, leva os Estados a iniciarem guerras. A partir da leitura de Tucídides, os teóricos realistas destacam o conceito de *anarquia internacional*, a ausência de um poder soberano na esfera internacional que garanta a sobrevivência dos atores, remetendo assim o medo de não sobreviver. Também destacam a falta de apreço pelos valores morais e justiça entre os Estados. O segundo pensador é Maquiavel, que destacou mais uma vez o papel do Estado na luta pela sua sobrevivência de maneira que o uso da força e da balança de poder se façam necessárias, deixando claro também que a moralidade dos indivíduos não transborda para a relação entre Estados. O Terceiro pensador é Thomas Hobbes que, nas suas obras literárias, os teóricos do Realismo destacam o estado de natureza, e o comparam com a anarquia internacional. Ao projetar esse conceito em um cenário internacional, temos a ausência de um ator que detenha o monopólio do uso legítimo da força, criando um cenário de anarquia internacional. A partir destes três pensadores podemos observar que o poder, a sobrevivência, o medo e a anarquia internacional são premissas do Realismo.

Vamos destacar os principais pontos do Realismo a fim de compreender o posicionamento dos atores internacionais apresentados neste trabalho monográfico.

1.2. Estado

O Estado é um ator central no estudo das Relações Internacionais. Definindo de forma simples, o Estado tem duas grandes funções. A primeira é manter a paz dentro de suas fronteiras e a segunda é assegurar que nenhuma agressão externa

ponha em risco os seus cidadãos e a sua sobrevivência enquanto Estado. Partindo desta afirmação, os Estados são iguais no desenvolvimento dos seus papéis, nos quais seus objetivos são a estabilidade doméstica e a segurança em relação a ameaças externas.

De forma geral, os realistas tomam o Estado como uma “caixa preta” e o encaixam dentro do que chamam de modelo da “bola de bilhar” (*billiard-ball*). Isso os leva a abstrair os processos internos de tomada de decisão e as motivações políticas que levam os Estados a agir no plano internacional e a destacar exclusivamente a dinâmica da relação entre essas “caixas” ou essas “bolas”.¹

Desta maneira o que se analisa é apenas a relação entre esses atores. Os realistas acreditam que o Estado é um ator unitário e racional; sendo assim, age de maneira homogênea, uniforme e em defesa do interesse nacional. Deste modo, a complexidade dos processos internos não é considerada e a racionalidade do ator representante do Estado se expressa quando ele defende o interesse nacional no âmbito internacional.

O Estado vive duas situações distintas. No plano doméstico ele é soberano, tem legitimidade e autoridade para o uso da força e, impor diretrizes e decisões, sendo a única autoridade presente. Mas no plano internacional ele se depara com a ausência de uma autoridade que possa ordenar os Estados. Nesta anarquia a única função do Estado é defender o interesse nacional e preservar a sua sobrevivência.

1.3. Anarquia

No realismo, o conceito de *anarquia* não é o caos, mas sim a ausência de uma autoridade acima dos demais, legítima com capacidade para criar e manter regras e também punir. Para os realistas não existe nenhum Estado que esteja acima do outro e, por conta disso, é impossível ter ordem no plano internacional como ocorre no plano doméstico. Definem os teóricos realistas:

O que existe nas relações internacionais é a coexistência entre múltiplos soberanos, e por serem soberanos não podem abdicar do uso legítimo da força em favor de uma terceira parte. Reproduz-se, assim, nas relações internacionais o que Hobbes descreveu com o estado de natureza: a existência simultânea de vários atores exclusivamente responsáveis por sua própria sobrevivência. Como no Estado de natureza hobbesiano, na anarquia internacional, os Estados lutam permanentemente por sua sobrevivência e

¹ NOGUEIRA, J. P.; NIZAR, M. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. P. 25.

desconfiam uns dos outros. No entanto, ao contrário do estado de natureza hobbesiano, os realistas afirmam que a criação de um soberano no nível internacional é impossível porque o mandato de cada soberano é precisamente de manter o monopólio do uso da força, nem que seja em um espaço restrito.²

Assim, a maneira em que o estado de natureza foi aplicado no plano doméstico, como no uso do conceito do *Leviatã* da literatura de Hobbes, não pode ser aplicado no plano internacional.

Para os realistas, a consequência de uma anarquia internacional é semelhante ao estado de natureza, onde existe uma permanente desconfiança entre todos. Os Estados buscam a segurança, que só pode ser alcançada em detrimento à falta de segurança dos outros. Porém, existe outra corrente de pensamento que acredita na cooperação entre os Estados, sendo essa melhor exemplificada usando o método do jogo *stag hunt* que diz:

Dois caçadores saem para caçar. Têm duas opções: cooperarem juntos e caçar um veado, um grande animal que pode render muito, ou não cooperarem juntos e cada um caçar um coelho, um animal menor. Cooperar tem um custo e poder ser difícil, mas o ganho pode ser muito maior. Em contrapartida, não cooperar reduz o custo, mas também reduz o ganho.³

Sendo assim, tanto a cooperação quanto a não cooperação são possíveis; o que vai determinar se vai haver ou não serão as preferências e escolhas particulares de cada ator envolvido.

1.4. Sobrevivência

Os realistas acreditam que a sobrevivência do Estado e sua permanência como ator das relações internacionais é o objetivo fundamental do interesse nacional. Os teóricos acreditam que só é possível manter a segurança interna se no plano internacional esta esteja também assegurada; deste modo, os dois planos estão conectados pelo mesmo objetivo e os Estados farão todo o esforço necessário para assegurá-lo. Segundo a leitura dos teóricos realistas:

Maquiavel, ao definir a obrigação do príncipe como a luta pela sobrevivência, submeteu todos os demais fins e objetivos deste príncipe a essa luta pela sobrevivência. Com isso, qualquer outro

² NOGUEIRA, J. P.; NIZAR, M. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. P. 26.

³ NOGUEIRA, J. P.; NIZAR, M. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. P. 27.

objetivo do governante (o bem-estar, a prosperidade e a liberdade, por exemplo) só tem validade se não estiver se opondo ou diminuindo o objetivo primordial da sobrevivência.⁴

Portanto, a sobrevivência está acima de qualquer outro objetivo do Estado, e o Estado fará o que for necessário para mantê-la.

1.5. Poder

O poder para os teóricos realistas é um dos elementos mais importantes que integra as análises das relações internacionais. Existem várias correntes que conceituam o poder dentro da visão realista. Para alguns teóricos, o poder pode ser definido como a soma das capacidades do Estado, na economia, política, poder militar e tecnológico. Porém existe outra corrente que acredita que o poder não é medido pela soma de suas capacidades, mas sim, em comparação ao poder de outros Estados; desta maneira, acredita-se num poder relativo ao outro. “Waltz afirma que o poder é a capacidade de influenciar o sistema internacional mais do que ser influenciado por ele”⁵. Sendo assim, o poder é um meio para assegurar a sobrevivência e a segurança.

O conceito de poder remete a outro conceito muito importante, que é o de *balança de poder*, resultado do comportamento dos Estados e os objetivos traçados pelo interesse nacional, fazendo com que um Estado opte por se juntar a outro e assim formar uma coalisão muito forte, ou até, no caso contrário de uma coalisão para enfrentar um Estado “poderoso”, sendo essa escolha dependente dos objetivos do Estado frente ao sistema internacional.

A partir disto podemos observar que a balança de poder não só diz respeito a equilíbrio e igualdade de forças, mas pode ser também a ausência de equilíbrio e um esforço para estabelecê-la.

Morgenthau define a balança de poder como o fruto de uma política escolhida e adotada por estadistas que tomam decisões específicas no plano externo. Segundo ele, a existência de uma balança de

⁴ NOGUEIRA, J. P.; NIZAR, M. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. P. 28.

⁵ NOGUEIRA, J. P.; NIZAR, M. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. P. 29.

poder é necessária, já que a define como o mecanismo para garantir a estabilidade do sistema internacional.⁶

Como já foi citado antes, a *balança de poder* para Morgenthau é reflexo do interesse nacional dos Estados que podem formar alianças internacionais para combater o poder com poder. “Waltz afirma que a balança de poder não resulta da ação deste ou daquele estadista, mas existe devido à distribuição do poder entre os Estados”⁷. Portanto, podemos observar duas possíveis distribuições de poder. A primeira delas é a *bipolar*, em que duas grandes potências dominam o sistema internacional. A segunda é a *multipolar*, em que mais de duas grandes potências dominam o sistema internacional.

Por fim, existem divergências em relação à estabilidade da balança de poder. Uma parte dos teóricos realistas acredita que um sistema bipolar é mais estável, porque haveria uma organização de poder onde cada polo controla seus aliados e potências menores buscariam proteção das grandes potências de um lado ou de outro, resultando em um grande controle do sistema internacional por parte de cada grande potência. Outra parte acredita que um sistema multipolar é mais estável por haver maior flexibilidade na condução da política internacional; assim, os Estados iriam se comportar de maneira menos prepotente e mais cautelosa, empreendendo esforços para conseguir consenso nas decisões.

1.6. Autoajuda

O conceito de *autoajuda* nas relações internacionais, segundo os teóricos realistas, é bem delicado. Num sistema de anarquia internacional e admitindo o estado de natureza hobbesiano, o Estado tem a missão de garantir a sua sobrevivência a qualquer custo, ficando impossibilitado de contar com a ajuda parcial ou integral de outro Estado para defendê-lo. Nada garante que um Estado aliado, futuramente não possa se tornar um inimigo. Com isso temos a seguinte definição:

Nenhum Estado pode contar com outro para defender seus interesses e sua sobrevivência. Cada Estado só pode contar de

⁶ NOGUEIRA, J. P.; NIZAR, M. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. P. 30.

⁷ NOGUEIRA, J. P.; NIZAR, M. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. P. 30.

maneira integral e completa com suas próprias capacidades para se defender e permanecer como ator nas relações internacionais.⁸

Esta afirmação não exclui a possibilidade de cooperação e aliança, mas deixa claro que é preciso manter a vigilância, e sempre que o interesse nacional e a sobrevivência estiverem sendo ameaçados, haverá rompimento.

1.7. Geopolítica

Nas Relações internacionais a geopolítica avalia características importantes do Estado além do poder bélico (*hard power*) e o poder cultural (*soft power*). Esta avaliação pode revelar projeção de crescimento ou vulnerabilidade dos países, segundo a localização, a dimensão total, a topografia, o clima, o formato territorial, a distribuição demográfica e o governo nacional. Para compreendermos melhor a geopolítica vamos discorrer sobre os princípios das escolas, determinista, possibilista e integralizada e as teorias do Poder Marítimo e Poder Terrestre.

A escola determinista, originária da Alemanha, diz que o homem é produto direto do seu meio com suas especificidades. O positivismo e o darwinismo são pilares para o pensamento determinista, que foi protagonista na época da unificação germânica após a vitória de Bismarck. O principal representante do determinismo foi Friedrich Ratzel. Segundo ele, a fisiologia e a psicologia humana são determinadas por condicionantes como os vetores climáticos, antropológicos e raciais. Acreditando que os Estados são organismos vivos através dos conceitos de *leis dos espaços crescentes*, Ratzel entendia que os Estados podiam dominar áreas vizinhas, conquistando-as por meio de uma influência ultrarrealista, o que demonstra profundo desrespeito ao Direito Internacional Público vigente e a paz no cenário internacional. Para dar mais clareza às ideias de Ratzel, Castro (2012), enumerou em cinco as leis dos espaços crescentes

1. O espaço dos Estados cresce com o processo natural de crescimento de sua cultura;
2. O crescimento espacial dos Estados segue uma manifestação do crescimento dos povos;
3. O crescimento dos Estados ocorre por um processo de amálgama de unidades menores e menos poderosas;

⁸ NOGUEIRA, J. P.; NIZAR, M. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. P. 31.

4. Em seu processo de crescimento, os Estados lutam pela absorção de áreas mais valiosas;

5. A tendência geral para anexação territorial e amálgama transmite o impulso de Estado a Estado, aumentando de intensidade o processo decorrente.⁹

A escola possibilista, originária da França, discorda de parte do pensamento da escola alemã, não acreditando que exista fatalismo geográfico. Em vez disto, há a possibilidade do uso calculado e racional das limitações geográficas no interior do Estado, sendo estas limitações adaptadas para as necessidades políticas, econômicas e sociais da sociedade. Deste modo, o determinismo e fatalismo geopolítico são substituídos por uma consciência coletiva dos cidadãos. Grande parte da influência nesta escola vem do período da guerra Franco-Prussiana de 1870 que, além do confronto bélico com a Alemanha, envolvia uma disputa no campo das ideias e no pensamento geopolítico. Castro (2012) diz que “No possibilismo, há caminhos e alternativas à formulação e à execução da geopolítica, onde a intervenção humana tem papel fundamental em tais transformações”¹⁰.

A escola integralizada se coloca na posição de interlocutor entre as escolas determinista e possibilista, acreditando que o possibilismo age em função do determinismo. Atua como um canal de comunicação entre as correntes de pensamento para a compreensão dos sistemas políticos e geográficos.

Existem outras teorias significantes da geopolítica que não poderíamos deixar de citar: a Teoria do Poder Marítimo e a Teoria do Poder Terrestre.

A Teoria do Poder Marítimo tem como idealizador Alfred Mahan. O trabalho desenvolvido por Mahan destaca três pontos importantes para o desenvolvimento de um Estado: a economia, o poder militar e o geopolítico. A economia é baseada na capacidade produtiva e comercial, o poder militar na capacidade naval e no geopolítico destacam-se questões como posição geográfica, espaço territorial, população, possibilidade de expansão comercial e, por fim, um governo com tendência para dominar o mar. Mahan acreditava que o poder marítimo era fundamental para o Estado se tornar uma potência mundial. Ao observar a localização geográfica dos EUA, que se encontra entre o Oceano Atlântico e

⁹ CASTRO, T. Teoria das relações internacionais. Brasília: FUNAG, 2012. P. 146.

¹⁰ CASTRO, T. Teoria das relações internacionais. Brasília: FUNAG, 2012. P. 147.

Pacífico, oferecendo grandes vantagens para fazer negociações comerciais e marítimas e também observando a pré-disposição para atividades comerciais, ele fundamentou a Teoria do Poder Marítimo para transformar os EUA, o seu país, em uma potência mundial marítima.

A Teoria do Poder Terrestre (*Heartland*) tem como idealizador o inglês Halford Mackinder, que confronta o pensamento de Mahan do ponto de vista geoestratégico. Mackinder tem o seu pensamento descrito da seguinte maneira “Quem controla a Europa Oriental, domina a Terra Central; quem controla a Terra Central, domina a ilha Mundial; e quem controla a ilha Mundial, domina o Mundo” ¹¹.

Mackinder não nega a importância do desenvolvimento naval, mas ao observar o surgimento de novas tecnologias e aprimoramento das existentes, e as demandas da Europa no início do século XX, como o desenvolvimento da mobilidade terrestre, que mudou as dimensões dos conflitos armados dentro do continente, ficou clara a ideia de que o poder era terrestre. A grande preocupação de Mackinder na teoria do *Heartland* dava-se na possibilidade de uma aliança entre a Rússia e a Alemanha. Ao observar os dois países, ele entendeu que uma aliança poderia ameaçar o equilíbrio de forças no continente eurasiático, transformando as relações de poder no mundo. Ele acreditava que a Rússia seria o *Heartland*, por sua localização e sua massa geográfica que vai da Europa Oriental até o Extremo Oriente, contendo riqueza em minerais estratégicos e energéticos, que, ao se aliar às potencialidades industriais da Alemanha, tornaria possível a exploração dos recursos para desenvolvimento e manutenção do poder militar estratégico. Desta maneira a ideia de poder naval seria ameaçada pelo poder terrestre, visto que a geografia da Rússia tornava o país invulnerável às potências marítimas. A partir das conclusões de Mackinder o governo da Grã-Bretanha buscou manter uma política de isolamento entre a Rússia e a Alemanha.

No próximo capítulo, iremos abordar o problema central deste trabalho monográfico, através de temas como a crise na Ucrânia, a anexação da Crimeia, a política externa russa e a posição da União Europeia em relação à Ucrânia e a Rússia.

¹¹ CANCIAN, R. - Especial para a Pedagogia & Comunicação -2008 <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/geopolitica-teorias-do-heartland-e-do-rimland.htm>> acessado em 06 de março de 2017.

Atores e relações

2.1. A crise na Ucrânia

Após o fim da União Soviética, muitos países deixaram o regime e tornaram-se independentes, entre eles a Ucrânia, que em 1991, através de um referendo tornou o país independente da URSS. Para deixar mais clara a crise na Ucrânia, vamos reconstruir os fatos históricos mais importantes desde 1991 até o ponto alto da crise, e destacar três fatores determinantes para eclodir a crise no país.

Após a independência, a expectativa era que o novo Estado tivesse características mais alinhadas com o oeste, no caso, a Europa. Esperava-se que o plano de governo implantasse uma economia forte, com independência de poder legislativo em relação ao judiciário e o executivo, imprensa livre e, eleições livres. Mas na prática o que ficou claro foi uma verdadeira ameaça à segurança política.

No período de 1991 a 1994, a Ucrânia foi governada por Leonid Kravchuk, um governo que foi totalmente fora das expectativas internacionais. Kravchuk promoveu uma política centralizadora que se aproximava aos governos Soviéticos, o que causou uma queda de cerca 50% do produto interno bruto do país e, foi tão desastroso que, em 1994, foram convocadas novas eleições.

Com as novas eleições, o eleito foi Leonid Kushma, que se manteve no poder por dez anos. O seu governo ficou marcado pela ascensão das elites no país.

Os dez anos de mandato de Kushma significaram o emergir de elites – governativas e de oposição – e a instalação de um sistema oligárquico baseado em clãs com poder económico e financeiro, algumas vezes com ligações ao crime organizado, e capaz de exercer influência nas políticas ucranianas, dificultando assim a implementação de reformas estruturais rumo ao desenvolvimento.¹²

Mas em 2004 grandes mudanças começaram a se desenvolver em meio a eleições conturbadas e com suspeitas de fraude. A disputa eleitoral entre Viktor Yushchenko, representante de uma política pró-ocidente e Viktor Yanukovych, representante de uma política pró-Rússia, em que Yanukovych foi declarado eleito ficou marcada por fraude eleitoral. Os indícios de corrupção do processo eleitoral gerou uma onda de protestos e greves organizadas no país. Nascia um movimento popular conhecido como a “Revolução Laranja”. Esse movimento popular ficou

¹² BARATA, P. A Ucrânia, EU e a Rússia: Softpower versus Realpolitik?. Observare Universidade Autónoma de Lisboa, Vol. 5, nº 1, pp. 33-50, 2014. P. 35.

conhecido como “Revolução Laranja” porque os manifestantes usavam fitas nas cores laranja, cor de campanha do candidato Yushchenko. O movimento não obteve muito sucesso no pedido de implementação de reformas de governo, mas conseguiu uma vitória significativa, quando a Suprema Corte da Ucrânia ordenou novas eleições, visto que a anterior estava manchada. Com a nova eleição, o candidato eleito foi Yushchenko que recebeu 52% dos votos e o seu adversário Yanukovych recebeu apenas 44%, tornando-se o novo presidente da Ucrânia. Ele então nomeou Yulia Tymoshenko como Primeiro-ministro.

Um novo momento para a política da Ucrânia começou, marcado por um governo dividido por ter o seu presidente pró-ocidente e seu Primeiro-ministro mais alinhado aos pensamentos de Moscou. Essa divisão gerou diversos conflitos internos de interesse. Com a governança instável, foi inevitável o fim do governo de Tymoshenko, e em 2006 foram realizadas novas eleições parlamentares. Uma coligação entre Yushchenko e Yanukovych foi vencedora do pleito. Porém, meses depois, em 2007, após muitas divergências políticas e ideológicas, uma nova eleição foi formada e Tymoshenko retornou a cadeira de Primeiro-ministro.

Em 2008, com a chegada da crise econômica mundial, a Ucrânia amargou uma forte queda de mais de 14% do seu PIB. Não bastando à crise econômica, a volta de Tymoshenko ao governo, não deu fim à instabilidade política, não obtendo êxito em amenizar as tensões da relação entre Rússia e Ucrânia. Nesse momento a Rússia pressionava o país com o aumento dos preços e com cortes no fornecimento de gás natural, provocando, assim, riscos à segurança econômica e energética do país. Não conseguindo encontrar uma saída para a situação, a pressão levou à ruptura do governo Yushchenko, e em 2010, Yanukovych foi eleito presidente da Ucrânia, virando mais uma vez o país para Moscou.

Três fatores foram determinantes para a crise. Primeiro, a incapacidade do governo de Yanukovych em resolver os problemas da transição de governo desde a independência para um regime capitalista. Após o fracasso dos primeiros governos depois da independência, as esperanças estavam depositadas em Yanukovych.

Yanukovych mantinha a clássica postura de barganhar com os dois vizinhos até que sua opção por abandonar as negociações de um acordo comercial com a UE e aderir a uma iniciativa econômica

russa encontrou forte resistência da população e as manifestações que se seguiram resultaram em sua derrubada.¹³

Fica clara a incapacidade de Yanukovych de transformar em realidade as expectativas desde a independência, o que terminou sendo determinante para a crise o fim do seu governo. O segundo fator foi, uma forte tendência em toda Europa de ascensão de movimentos nacionalistas com características nazi-fascistas. Na Ucrânia, esse movimento transformou-se num partido o Svoboda.

Com um discurso baseado na xenofobia e na pureza nacional, contra russos e contra judeus, os adeptos desse partido fizeram parte de uma facção chamada setor de direita, que esteve na vanguarda violenta dos movimentos.¹⁴

Terceiro, a União Europeia estimulou a população ucraniana a tomar as ruas para protestar após o fracasso de uma negociação de adesão ao acordo de livre-comércio com a Europa, uma clara intenção de intervir no governo ucraniano.

Por fim, muitas foram as dificuldades enfrentadas pelo governo ucraniano, como a falta de definição na política externa após a independência, na tentativa de por em prática uma política de barganha com os dois centros de poder. Porém, acabou como vítima desta conduta. Os movimentos nacionalistas com origem na Europa que tomaram as ruas de Kiev, provocaram diversos conflitos, como o caso da Crimeia, que iremos tratar no próximo tópico. Uma forte dependência de recursos de ambos os lados, colocou a Ucrânia sob forte pressão, tanto do lado Ocidental, como do lado de Moscou. Todos esses elementos citados deixam claro, o caminho trilhado para se estabelecer uma crise na Ucrânia.

2.2. Anexação da Crimeia pela Rússia

Antes de falar sobre a investida da Rússia na Crimeia, vamos falar sobre a importância da região para a Ucrânia e para a Rússia. Também iremos falar sobre os fatos importantes que aconteceram até a anexação e as motivações de cada lado.

A Crimeia, localizada ao sul da Ucrânia às margens do Mar Negro, é uma província semiautônoma que possui fortes ligações étnicas e políticas com a Rússia.

¹³ MIELNICZUK, F. A crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais. Revista Conjuntura Austral, Vol. 5, nº 23, 2014. P. 02.

¹⁴ MIELNICZUK, F. A crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais. Revista Conjuntura Austral, Vol. 5, nº 23, 2014. P. 06.

A grande importância da Crimeia está na sua localização estratégica, por representar uma saída importante para o Mar Negro, o que para os russos é o único porto de águas quentes, que torna a província indispensável para os planos comerciais e militares de Moscou, o que podemos observar na imagem a seguir.

Figura 01 – Crimeia e região



Fonte: [globalresearch.ca](http://www.globalresearch.ca)¹⁵

A região tem um importante valor econômico, já que é produtora de vinhos e grãos e tem uma forte indústria alimentícia. Os portos da Crimeia são responsáveis por grande parte do escoamento da produção agrícola da Ucrânia, que seguem para Europa e Rússia, sendo uma rota importante por onde passam as importações de gás natural russo para a Europa e a Ucrânia.

Em 2010, a Rússia instalou uma base militar em Sevastopol ao sul da Crimeia, por meio de um acordo comercial que previa a sua permanência até 2042. Em contrapartida, a Ucrânia receberia uma redução em 30% no valor de mercado do gás natural, do qual é extremamente dependente.

¹⁵ Fonte: <<http://www.globalresearch.ca/wp-content/uploads/2014/04/Crimea-400x483.jpg>> acesso em 04 de abril de 2017.

A Ucrânia nesta época estava dividida, convivendo com protestos quase diários em Kiev por conta do fracasso das negociações de um acordo comercial com a União Europeia, que era visto como um passo importante para a integração do país na UE. Durante os protestos, que chegaram até a ter conflitos com mortes, o leste do país mostrou um posicionamento contrário aos movimentos, com inclinações pró-Rússia.

Moscou, ao perceber a oportunidade que se abria à sua frente em meio a todo o caos político pelo que passava a Ucrânia, saiu em defesa do seu povo, conhecido como os *russos além da fronteira*, caso que vamos explicar mais à frente. Vladimir Putin conseguiu junto ao parlamento russo a liberação para mover as tropas em direção à fronteira com a Ucrânia.

A província da Crimeia com o apoio de tropas russas e da população promoveu um referendo pedindo a independência da Ucrânia, o que foi aprovado. Neste momento havia tropas russas cercando a Ucrânia e instaladas na Crimeia, que criou um ambiente de ameaça. A Ucrânia, fragilizada por todos os conflitos internos que vivia, não teve forças para reagir aos fatos.

Dias após o referendo, a Rússia e a Crimeia entraram em acordo para integrar a província a território russo. “A anexação da Crimeia foi a mais suave invasão dos tempos modernos. Ela terminou antes mesmo que o mundo se desse conta de que havia começado.”¹⁶

A anexação de um território em pleno século XXI foi um fato que causou grande tensão no mundo, já que, acordos internacionais foram quebrados. Porém, diferente do que costuma acontecer, a anexação foi rápida e quase sem conflito bélico.

As motivações para a Rússia ter interesse em anexar a Crimeia são diversas, mas iremos citar as mais importantes. Um dos argumentos mais utilizados por Moscou foi da situação dos russos além da fronteira. Com o fim da URSS, milhares de russos espalhados pelos países que formavam o bloco ficaram conhecidos como *russos além da fronteira*. No caso da Ucrânia, a maioria desses cidadãos vivem no Leste e no Sul do país e na Crimeia; a sua língua primária é o russo e a sua ligação com a Rússia é forte.

¹⁶ SIMPSON, J. - O plano que permitiu à Rússia a anexação secreta da Crimeia – 2014 < http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140319_golpe_crimea_1k> acesso em 04 de abril de 2017.

Com o surgimento de grupos nacionalistas com feições nazi-fascistas, que chegaram a se transformar em partido, que é o caso do *Svoboda*, os cidadãos russos ficaram ameaçados. Após a queda do governo de Yanukovich, um governo interino assumiu. Em uma das suas primeiras ações, tentou rebaixar a língua oficial russa, demonstrando ainda mais a posição de fragilidade que estas pessoas estavam passando, transformando-as em cidadãos de segunda classe dentro do país. A divisão linguística na Ucrânia é demonstrada na imagem a seguir, tendo o sul e o leste como áreas de influência russa.

Figura 02 – Divisão linguística



Fonte: *Max Fisher / Washington Post, 2014*¹⁷

Percebendo a gravidade da situação e partindo da premissa que nenhum cidadão russo iria ser tratado como de segunda classe ou ter sua integridade ameaçada, Putin saiu em defesa dessas pessoas, e usou este argumento para justificar a presença militar e a incorporação da Crimeia.

Outro argumento importante é a questão econômica e a militar. Do ponto de vista econômico, temos toda a produção comercial da região e os portos, além de

¹⁷ BOURBON, M. J. G. B. A. Unidade na diversidade? A resposta da União Europeia à Rússia durante a crise ucraniana, 2016. Dissertação de mestrado. ISEG – Lisboa, 2016.

ser rota de importantes gasodutos que transportam parte da produção de gás natural russo para toda a Europa. Já do ponto de vista militar, com a incorporação do novo território, a Rússia fica mais próxima da Europa, expandindo as suas linhas de defesa, além de ter uma base militar em Sevastopol com potencial nuclear.

Por fim, uma motivação que fica evidente é a importância geoestratégica da região. O governo russo liderado por Putin acredita muito na importância dessa região, como vital para o seu posicionamento de poder no cenário internacional, seguindo a ideia de Mackinder sobre o *Heartland*. A Rússia nos últimos anos tem executado uma “nova” política externa de recuperação de territórios que faziam parte da antiga URSS, empregando forte influência regional, ao ponto de termos uma nova polarização de poder, disputando o protagonismo daquele lado do globo com a China.

2.3. Política Externa russa

Neste tópico iremos tratar da Política Externa russa de Putin. A sua visão era de que a Rússia deveria ser uma grande potência moderna no cenário internacional, com pragmatismo na política externa e grande capacidade, adaptação e flexibilidade para alcançar esse objetivo. A estratégia utilizada para alcançar esse objetivo tem tido o foco em geopolítica, economia, nacionalismo e pragmatismo. São as principais características que norteiam as ações russas.

2.4. Geopolítica russa

Após o 11 de setembro de 2001, a Rússia de Putin, mudou drasticamente a sua postura em relação aos Estados Unidos. O país começou a apoiar quase que inconscientemente as ações americanas contra o terrorismo. Isto fez com que os conflitos regionais que a Rússia travava fossem mais bem aceitos pela comunidade internacional, resultando em rápida solução dos conflitos. A Rússia ganhou mais prestígio na comunidade internacional, por participar de diversas ofensivas contra o terror, principalmente nas regiões mais próximas ao seu território.

A geopolítica de Putin tem características clássicas. Aparentemente busca seguir o pensamento da geopolítica terrestre de Mackinder. Segue o conceito da

teoria e busca controlar toda a região referente ao *Heartland*. Assim, a Rússia se tornará uma grande potência global que vai competir com os EUA.

Putin, na busca por uma Rússia renovada após o fim da URSS e na tentativa de evitar um mundo unipolar beneficiando somente os EUA, iniciou uma série de visitas a países para revitalizar as relações, incluindo Alemanha, China, Irã, Índia e Japão, iniciativa que fez parte da estratégia geopolítica Eurasiana.

Três são os pilares da estratégia de Putin¹⁸. O primeiro deles é a Comunidade dos Estados Independentes. Este é o “ pilar político”. Rússia é signatária desde o fim da União Soviética. Porém na gestão de Putin, a Rússia voltou a demonstrar grande interesse no tratado, que prevê a centralização de Forças Armadas e o uso de uma moeda comum, apesar de nem todos os países seguirem de forma integral o tratado, por problemas étnico-políticos. São signatários Armênia, Belarus, Cazaquistão, Federação Russa, Moldávia, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão e Azerbaijão.

O segundo é o Tratado de Segurança Coletiva, o “ pilar militar”, que tem como signatários Armênia, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Uzbequistão, Azerbaijão e Belarus. Em 2002, o tratado evoluiu para uma organização internacional de segurança regional, que prevê que, se algum dos Estados signatários sofrer alguma agressão, será considerada uma agressão a todos os membros do acordo. Ou seja

No caso de um ato de agressão contra qualquer dos Estados Partes, todos os outros Estados Parte a prestaram assistência necessária, incluindo militares, bem como prestar apoio com os meios à sua disposição, no exercício do direito de defesa coletiva nos termos do artigo 51 da Carta das Nações Unidas.¹⁹

O terceiro é a União Euroasiática, o “ pilar econômico”, criado em 2014, que tem como signatários, Rússia, Bielo-Rússia, Cazaquistão, Armênia e Quirguistão. O acordo prevê União Aduaneira, unificação monetária e a integração regional. A Rússia ao criar essa união, busca o fortalecimento de região em forma de bloco, na ideia de que “juntos seremos mais fortes”. Os russos deixam evidente a busca pelo protagonismo na região, buscando cada vez mais minimizar os riscos de conflitos e

¹⁸ REIS, T. N. A Geopolítica da Rússia: Uma Análise Através da Geopolítica Clássica e do Choque de Civilizações. 2015. Monografia de Graduação em Relações Internacionais – UNICEUB, Brasília, 2015.

¹⁹ REIS, T. N. A Geopolítica da Rússia: Uma Análise Através da Geopolítica Clássica e do Choque de Civilizações. 2015. Monografia de Graduação em Relações Internacionais – UNICEUB, Brasília, 2015. P. 85.

o fortalecimento do bloco frente a demais potências globais. Podemos observar o desenvolvimento do bloco na imagem abaixo.

Figura 03 - União Euroasiática

MAP1



Fonte:heritage.org²⁰

2.5. Economia

A economia russa tem se mostrado um trunfo na nova política externa de Putin, com forte exploração dos recursos naturais, principalmente o gás e o petróleo. A Rússia vem transformando esses recursos em poder político e de influência. Desde o fim da década de 90 até meados de 2007, a renda com a exportação de gás natural aumentou quase em dez vezes, por exemplo. Um cenário muito favorável se apresentou neste período, com um aumento da demanda por esses recursos e a sua valorização. Porém, a Rússia aplica apenas um terço dos ganhos

²⁰ Fonte: <<http://www.heritage.org/multimedia/infographic/2013/06/eurasian-union>>. Acesso em: 04 de abril de 2017.

em política interna e externa, reservando os outros dois terços para momentos de crise ou de desvalorização destes recursos²¹.

A Rússia exerce poder através da sua economia, utilizando a necessidade dos países vizinhos. O primeiro ponto de destaque está no controle de um recurso muito importante para a sobrevivência nos países daquela região, que sofrem com inverno severo e falta de opções para produção energética. O segundo ponto é a influência sobre os outros países produtores de gás; mesmo existindo outros produtores na região, muitas vezes esses países acabam procurando a Rússia para intermediar os seus acordos comerciais com outros países. Isso se dá pela posição de destaque e respeito que os russos têm no mercado internacional. Por fim, os russos utilizam o controle sobre e a restrição intencional destes recursos para impor respeito diante dos outros países vizinhos e principalmente fazer pressão junto ao bloco da UE, o que tem se mostrado eficiente nas barganhas feitas pela Rússia junto à União Europeia.

2.6. Nacionalismo e Pragmatismo

Mesmo a Rússia buscando se tornar uma potência moderna, Putin nunca abandonou as suas raízes, como por exemplo, o conservadorismo, que sempre se mostrou muito forte, possivelmente uma reação a novas demandas globais sobre direitos individuais. A defesa do interesse nacional sempre se sobrepôs a qualquer outra demanda interna ou externa. O respeito a todos os cidadãos russos e descendentes que estão além das fronteiras, tem como reflexo a lealdade que fica clara, com o apoio em diversos momentos de conflito.

O pragmatismo político se aproxima muito ao realismo clássico da literatura das relações internacionais, em que o mais importante é a sobrevivência do Estado. Todas as ações promovidas pelo governo buscam reforçar essa posição, através de uma política geoestratégica, uma política econômica de coalizão na região para maior representação no cenário internacional e também através de intervenções diretas ou indiretas em conflitos pelo mundo.

²¹ LAZZARI, T. C. A política externa russa do início do século XXI: tendências e perspectivas. Revista Conjuntura Austral, Vol. 2, nº 34, 2011.

2.7. União Europeia x Ucrânia

A União Europeia sempre manteve uma relação de proximidade com a Ucrânia desde a sua independência. Um fato que marca essa relação é a assinatura do Acordo de Parceria e Cooperação em 1998, que tinha por objetivo a implementação de reformas do estado ucraniano, aproximando-o dos ideais europeus e resultando no desenvolvimento das relações comerciais e econômicas entre o bloco e país. Esta relação se traduziu em bons indicadores comerciais, transformando os dois grandes parceiros na região. Além da parceria comercial, existia a prática do *soft power*, a fim de aumentar a influência no país em detrimento da influência russa, o que do ponto de vista estratégico é uma ação correta e preventiva para a segurança do bloco na região.

Em 2003 a União Europeia lançou a Política Europeia de Vizinhança (PEV), que buscou estreitar as relações com os países do leste europeu, dos quais boa parte formava a antiga URSS.

A PEV permitiu a estes novos parceiros, através de cooperação ao nível político, da segurança, económico e cultural, participar em diversas atividades da UE. Os objetivos desta política estão materializados nos Planos de Ação e nos Acordos Europeus de Vizinhança estabelecidos com cada um dos vizinhos, documentos políticos que estabelecem os objetivos estratégicos da cooperação entre os países vizinhos e a UE e que contêm uma lista global de prioridades fixadas de comum acordo por cada um dos países e a UE.²²

A PEV, de forma simplificada era a formalização um termo de condutas a serem cumpridas com a promessa de um possível ingresso na UE. No caso da Ucrânia, foi estabelecido o respeito aos direitos humanos, ao Estado de direito e à democracia e, como prêmio, haveria uma integração gradual da economia, a promoção da mobilidade de cidadãos e a associação para a cooperação entre o bloco e o país. Já em 2012, ficou estabelecido como pré-requisitos para a assinatura da Associação com a UE que a Ucrânia teria que realizar eleições livres conforme os ideais ocidentais e assegurar a independência dos três poderes: legislativo, judiciário

²² BARATA, P. A Ucrânia, EU e a Rússia: Softpower versus Realpolitik?. Observare Universidade Autónoma de Lisboa, Vol. 5, nº 1, pp. 33-50, 2014. P. 39.

e executivo. Na perspectiva do cumprimento dessas exigências, a Ucrânia ficaria cada vez mais perto da integração ao bloco.

Mais uma vez fica evidente a política de *soft power* que a UE exerce na Ucrânia, o que para a Rússia tornou-se um risco à sua influência na região, demonstrando uma disputa por cada país que está entre esses dois centros de poder. A promessa de que “um dia” os ucranianos poderiam fazer parte do bloco, não foi consistente o suficiente. Quando houve o fracasso da negociação de adesão ao acordo de livre-comércio com a UE, este fato gerou grande insatisfação na população, sendo um dos faros que desencadearam a crise na Ucrânia, tornando a UE também responsável pela divisão gerada no país e pela anexação da Crimeia.

2.8. União Europeia x Rússia

Para compreendermos a relação entre União Europeia e Rússia, temos que mudar a forma que vemos a UE, não mais como bloco homogêneo, e sim, como um conjunto de países que têm diferentes visões sobre o governo de Moscou. Dividiremos essa relação em três categorias, laços geográficos políticos e históricos, laços econômicos e comerciais e laços energéticos.²³

A relação dos laços geográficos, políticos e históricos se dá do ponto de vista individual dos países. Os países, que antes mesmo da criação da UE já tinham uma relação de proximidade com os russos são mais brandos ao se pronunciarem sobre as ações do governo de Moscou. Um exemplo é a Alemanha que diz compreender os interesses da Rússia no caso da Ucrânia, e que deve haver uma solução diplomática para a crise não querendo se envolver diretamente em qualquer eventual conflito. Outro exemplo é a Polônia que já enxerga a ação russa como uma ofensiva, e acredita que poderá ser a próxima vítima em um futuro próximo, imaginando que haverá uma busca por anexação de territórios que já foram da URSS, e pede o deslocamento de tropas da União para o leste da Europa. Já os países como República Checa, Eslováquia e Hungria, mesmo se sentindo ameaçados, acreditam que a melhor defesa é a diplomacia a fim de resolver quaisquer eventuais impasses, sem a interrupção das relações comerciais.

²³ BOURBON, M. J. G. B. A. Unidade na diversidade? A resposta da União Europeia à Rússia durante a crise ucraniana, 2016. Dissertação de mestrado. ISEG – Lisboa, 2016. P. 11.

Os laços econômicos e comerciais entre UE e Rússia são de grande relevância. Para os russos, os europeus são o seu maior comprador, enquanto para os europeus, os russos são apenas o terceiro na ordem de parceiros comerciais. Mas para os países-membros existem diferentes níveis de relação comercial. Países como Alemanha, França e Itália fazem parte do grupo de maiores parceiros comerciais dos russos, o que os coloca em uma posição delicada frente aos problemas com a Rússia, ficando muito difícil tomar atitudes como uma abordagem militar e sanções econômicas profundas. Já a Polônia e a Lituânia, países que não são de grande relevância comercial, mantêm um discurso de endurecimento das sanções econômicas aos russos.

Os laços energéticos trazem o lado mais vulnerável da UE. Cerca de 80% de toda a importação do bloco aos russos trata-se do setor energético, que engloba os combustíveis sólidos, petróleo e gás natural. Vários são os países quase totalmente dependentes dos recursos russos, o que diminui bastante a capacidade de enfrentamento. Os exemplos são a Alemanha, que é o maior importador do gás russo; a Hungria, que conta com grandes investimentos energéticos russos e a Eslováquia, que é rota do gás russo, entre outros países.

Todos os elementos citados anteriormente corroboram para fortalecer a ideia de pouca capacidade de atuação da UE frente a ações russas. Mesmo emitindo sanções econômicas e declarações de repúdio à anexação da Crimeia, a interdependência comercial e econômica além da citada vulnerabilidade energética, deixa a UE em uma posição de pouca capacidade de enfrentamento, ficando apenas o confronto no campo das “ideias”, o que já foi percebido por Moscou, que aparentemente não vem dando muita atenção à reação europeia.

No próximo capítulo, iremos abordar a relação dos atores centrais deste trabalho monográfico, a partir da perspectiva da Teoria do Realismo Clássico nas relações internacionais e apresentar um exercício de projeção de possíveis cenários após a anexação da Crimeia.

Análises

3.1. Estado

Vamos iniciar observando a Ucrânia, que da premissa de Estado no Realismo tem duas principais funções. A primeira delas é a manutenção da paz dentro das suas fronteiras e a segunda é a segurança de seus cidadãos em relação a agressões externas.

Ao analisarmos a primeira função, vemos que após a independência da Ucrânia no começo da década de 90 até os dias atuais, o país não conseguiu formar uma unidade política, o que causou em muitos momentos a divisão entre os cidadãos pró-ocidente e os pró-Rússia, fato que gerou diversos conflitos, levando à morte de civis e deixando um clima de insegurança, o que evidencia a dificuldade da Ucrânia em manter a paz dentro do seu território.

A segunda função é bem interessante: em um primeiro momento nos leva a acreditar que agressões externas são apenas as agressões beligerantes, mas podemos incluir também o assédio como forma de agressão. O assédio como forma de agressão aos cidadãos fica mais claro quando usamos o exemplo da União Europeia, que pratica *soft power* com os ucranianos. A promessa de que eles um dia fariam parte da UE levou muitos ucranianos a apoiarem todas as medidas de adequação lançadas pela UE para a Ucrânia, o que foi um fator contribuinte para a instabilidade interna. Do outro lado, temos a agressão beligerante, que foi promovida pela Rússia que, aproveitando o momento de grande fragilidade interna, convenceu a Crimeia a se dissociar da Ucrânia e apoiou diretamente o conflito na região.

A Rússia, do ponto de vista do conceito de Estado, já mencionado, vem mantendo há alguns anos, um nível de paz dentro das suas fronteiras bem satisfatório, o que pode ser percebido por algumas práticas, como, o conservadorismo evitando grandes mudanças sociais. Essa condição interna agradável dá condições aos russos de lutar pela segunda função importante, a garantia da segurança de seus cidadãos frente a ameaças externas. Um exemplo muito fácil de evidenciar é o argumento usado pelos russos para o apoio à Crimeia na crise ucraniana de que nenhum russo terá a sua segurança ameaçada, mesmo que além das fronteiras, pois muitos vivem nas regiões que fizeram parte da antiga URSS.

Analisando a União Europeia a partir do conceito de Estado, é fácil perceber que, nas duas principais funções destacadas, a UE as cumpre de forma exitosa. A paz dentro das suas fronteiras é uma realidade e a segurança de seus cidadãos é garantida, com a exceção de alguns casos de terrorismo, o que não é o foco de estudo deste trabalho.

3.2. Anarquia

Observando o conceito de anarquia, vemos que a Rússia tem reconhecido a existência e respeitado atores como, a União Europeia, as Nações Unidas, a Organização do Tratado do Atlântico Norte e os Estados Unidos, entre outros. Esta postura de reconhecimento demonstra que o sistema internacional não é tão anárquico como se imagina, e que as ações tomadas no plano internacional normalmente têm levando em consideração o posicionamento de cada um destes atores. Isso não impede a tomada de decisão, mas deixa o processo criterioso, ficando claro que dependendo do que for decidido poderá haver retaliação.

A Europa é historicamente responsável por criar mecanismos que equalizam a sensação de anarquia internacional. O mais recente deles é a Organização das Nações Unidas, que atualmente é o maior esforço de cooperação entre países no mundo. A UE é um bloco reconhecido por se sobrepôr democraticamente à soberania individual dos membros pertencentes ao bloco, que na prática é legitimar com capacidade para criar e manter regras e também punir. Outra forma de visualizar essa condição é a ideia já mencionada do jogo *stag hunt*.

3.3. Sobrevivência

Do ponto de vista da sobrevivência o Estado tem que fazer tudo o possível para sobreviver e se manter como ator das relações internacionais. Como já mencionado, a Ucrânia se encontrava em uma situação de divisão: de um lado havia a pressão da UE e, de outro, da Rússia. Essa situação de divisão levou os líderes do país a aplicarem uma política de barganha com os dois lados, o que em curto prazo foi aceitável, mas com o tempo se mostrou ineficiente diante das demandas e externas e internas.

Para os russos a sobrevivência complementa o conceito de poder. A Rússia de Putin, tem feito uma política de expansão da sua influência, principalmente nos

territórios que já fizeram parte da URSS. Eles acreditam que expandir as suas fronteiras e praticar o *soft power* e *hard power* com os atores mais próximos, pode garantir a sua sobrevivência enquanto ator das relações internacionais.

Analisando o conceito de sobrevivência da ótica da União Europeia, vemos que as recentes ações estão concentradas na expansão das áreas de influência. Toda a região próxima ao continente tem recebido investida na forma de *soft power*. Uma preocupação constante é a disputa de influência com a Rússia, na região entre os dois atores, o que recentemente culminou na crise da Ucrânia e seus desdobramentos.

3.4. Poder

O Poder é um dos conceitos mais interessantes da Teoria do Realismo clássico. A definição que vamos usar é a definição de Waltz já mencionada, que diz que “o poder é a capacidade de influenciar o sistema internacional mais do que ser influenciado por ele”.

Partindo dessa perspectiva, observamos que a Ucrânia mesmo com as capacidades internas satisfatórias, não detém poder suficiente para promover a “influência” no sistema internacional, tendo então, como única opção a cooperação com outros atores para a soma de poder. Porém o que vemos é que a Ucrânia se tornou, contra a própria vontade, um instrumento de poder, sofrendo assédio por parte da UE e da Rússia por ser um aliado estrategicamente importante na manutenção da influência e do poder na região.

A Rússia vem desenvolvendo políticas que buscam cada vez mais a promoção da sua posição de ator de grande relevância no cenário internacional. Internamente, os russos contam com uma abastada produção de recursos naturais, que é transformado em poder, quando observamos o relacionamento com outros países da região e também com os europeus. Outro ponto de destaque é a participação em assuntos globais, como o combate ao terrorismo, que transformou a Rússia em um grande ator na tomada de decisão, na condução de ações de cooperação contra o terror e no apoio a países que enfrentam esses conflitos dentro do seu território. Mais um ponto de destaque são as ações realizadas na região, como os acordos econômicos, políticos e de segurança que visam à criação da

União Euroasiática, promovendo os russos como líder de bloco e fortalecendo ainda mais a sua posição no cenário internacional.

A União Europeia é um dos principais atores das relações internacionais. Seu poder de influenciar o sistema internacional é perceptível. Atualmente a UE divide o protagonismo no cenário internacional com os Estados Unidos, tem atuado nos conflitos em países do continente africano e no leste europeu, entre outros, e ajudado com financiamentos e doações de recursos a vários países. Um ponto de destaque é a forte influência sobre a ONU, representada por duas cadeiras permanentes (França e Reino Unido) no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que na prática é um alinhamento dos interesses do bloco junto aos interesses das Nações Unidas. A UE tem ainda uma estreita relação com os Estados Unidos, garantindo o poder de influenciar o sistema internacional mais do que ser influenciado por ele.

3.5. Autoajuda

Autoajuda é um conceito no realismo que diz que os atores podem cooperar para atingir um objetivo ou fazer a manutenção de um cenário, mas nunca um país poderá ser responsável pela segurança do outro.

No caso da Ucrânia, a cooperação é uma ferramenta muito importante para a sobrevivência, porém até o momento o país não teve êxito nas participações em cooperação. Um exemplo é o apoio na questão da Crimeia, em que a UE e os Estados Unidos ajudaram apenas com sanções econômicas contra os russos e a doação de equipamento militar.

Com a chegada de Putin ao poder, a Rússia mudou a sua perspectiva sobre o cenário internacional. Com o objetivo de se tornar novamente um ator protagonista das relações internacionais, percebeu que não poderia chegar lá sozinho, o que aumentou expressivamente a participação dos russos em ações de cooperação. Outro ponto relevante é o desenvolvimento de um bloco regional com países como, Bielo-Rússia, Cazaquistão, Armênia e Quirguistão. Este bloco, como já mencionado prevê união aduaneira, unificação monetária e a integração regional. O modelo russo não é tão desenvolvido quando o europeu, mas já indica as intenções de autoajuda naquela região.

A União Europeia é um grande exemplo de autoajuda. A cooperação dentro do bloco compreende um mercado comum, união monetária, livre circulação, poder judiciário e até força policial europeia alguns exemplos do que já foi alcançado dentro do bloco. Fora do bloco, temos uma forte atuação em questões humanitárias ao redor do mundo, sempre atuando em cooperação com a ONU e ou com o país de origem do conflito. Atua também com sanções econômicas para intimidar países que estejam descumprindo acordos internacionais, fato que aconteceu recentemente com a Rússia, que recebeu sanções econômicas da União Europeia.

3.6. Cenários possíveis

Neste tópico vamos utilizar os conceitos da Teoria do Realismo Clássico para fazer uma análise de três possíveis cenários²⁴ após a anexação da Crimeia, levando em consideração a possibilidade de que os atores envolvidos irão assumir o risco de um novo conflito que poderá evoluir para uma guerra.

No primeiro cenário, vamos iniciar a partir do episódio da Crimeia, em que regiões do leste da Ucrânia se rebelaram contra o governo provisório apoiado pelos americanos e europeus. Sabemos que os russos apoiaram indiretamente esses rebeldes, mas para a nossa análise, vamos acreditar que, além do apoio inicial indireto, os russos enviaram um bom número de tropas para a região.

Neste momento temos a Ucrânia que do ponto de vista do conceito de sobrevivência, é forçada a agir, mobilizando as capacidades militares para o conflito. Do outro lado temos os russos que utilizam do mesmo argumento usado para apoiar a Crimeia para entrar num conflito direto com os ucranianos. O poder militar russo é muito maior que o ucraniano, que já está com a moral baixa devido a toda crise instalada no país. Para a resolução do conflito a única opção de Kiev é aceitar a situação como aconteceu na Crimeia. A UE tende a aceitar essa primeira opção por temer que o fornecimento de gás natural e petróleo possam ser extremamente comprometidos, e apenas lançariam declarações de repúdio e sanções econômicas contra os russos. Mas a Ucrânia não aceita as condições de Moscou, o que nos leva ao segundo cenário.

No segundo cenário temos a UE pressionada pela opinião pública internacional, dos países do leste europeu, que temem ser os próximos nos avanços

²⁴ MIELNICZUK, F. A crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais. Revista Conjuntura Austral, Vol. 5, nº 23, 2014. P. 12 – 14.

russos e a pressão interna, com o medo de ficar sem os recursos naturais vindo daquela região, que são vitais para a manutenção das condições de vida de boa parte dos países do bloco.

Com o avanço do conflito, os russos expulsariam os soldados ucranianos das cidades do leste e estabeleceriam perímetros de segurança para a população russa que vive no leste do país. A única solução seria que o governo ucraniano aceitasse essa nova condição, mas com a recusa do governo ucraniano em aceitar essa situação, a UE, pressionada, não veria outra opção a não ser de entrar no conflito, o que nos leva ao terceiro cenário.

Ao ficar iminente os rumos para o terceiro cenário que é a guerra, a UE busca apoio para a investida contra a Rússia, um exemplo de auto-ajuda, com objetivo de somar forças para enfrentar um inimigo. Neste momento o maior aliado da UE será os Estados Unidos, por suprirem o bloco com os recursos necessários. Na perspectiva dos americanos entrar no conflito com os russos após o desgaste já ocorrido na Ucrânia seria uma oportunidade muito boa de esvaziar o poder russo e consolidar a sua posição como ator hegemônico no cenário internacional.

A Rússia, observando os possíveis desdobramentos do conflito na Ucrânia e observando o interesse americano, poderia buscar apoio com a China, que é signatária desde 2001, do Tratado de Boa vizinhança, Amizade e Cooperação, uma parceira estratégica de 20 anos entre os países para ocupar o vácuo de segurança da região frente à ameaça representada por grupos terroristas. Para os chineses seria uma grande oportunidade de se transformar na maior potência mundial.

Por fim, teríamos a formação de dois blocos, cada um com suas razões individuais que se enfrentariam para consolidar o poder.

O que queremos trazer com essa possibilidade de cenário, é que na visão do realismo clássico, qualquer país sempre estará buscando a sua sobrevivência, e quando esta estiver assegurada, o país buscará consolidar o seu poder. Do ponto de vista jurídico todos os países são iguais, mas sabemos que no cenário internacional não há espaço para somente protagonistas o que temos, na realidade, são muitos coadjuvantes e alguns protagonistas que foram citados neste exemplo.

Considerações Finais

Após a sua independência no começo dos anos 90 a Ucrânia se tornou um país muito cobiçado, por sua posição estratégica na região e seus recursos naturais. No lado ocidental havia a União Europeia, que lançou a sua influência sobre o país para aproximá-lo do bloco, na tentativa de evitar que os russos pudessem retomar o seu poder na região que havia sido parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Após o fim da URSS, a Rússia iniciou uma nova agenda, de retomada do crescimento econômico, da influência e do poder. Nessa nova agenda, um dos objetivos era manter influência sobre os países que formaram o bloco; entre estes países havia a Ucrânia, que a exemplo da UE os russos mantiveram influência no governo ucraniano.

A crise na Ucrânia é resultado da disputa de poder entre a Rússia e a União Europeia pelo país. As intervenções diretas e indiretas na política impediram o fortalecimento da democracia, abrindo oportunidade para a corrupção e a perpetuação de grupos minoritários que lucravam com a condição do país. Somado a estes fatos, temos o baixo rendimento da economia, a política interna fragilizada, o crescimento de grupos ultranacionalistas e a frustração em não fazer parte da UE.

A crise na Ucrânia levou a população da Crimeia se rebelar contra o governo central, resultando em sua independência. A ação tomada pela península da Crimeia foi assegurada pelo governo russo, com o qual tem forte ligação histórica e social. Com o argumento de proteger os russos além da fronteira, a Rússia apoiou a insurgência da península, frustrando a tentativa de retomada da região pelo governo ucraniano.

O presente trabalho pôde concluir a partir de análises da Rússia, Ucrânia e União Europeia na perspectiva da Teoria do Realismo Clássico e de conceitos clássicos da Geopolítica, que a Rússia, a partir do governo de Putin, intensificou as ações para a expansão da influência na região da Eurásia, iniciou a criação de um bloco de integração regional e fez novos acordos de cooperação internacional. Putin vem buscando de forma pragmática o reposicionamento da Rússia no sistema internacional como protagonista, com a ajuda de parceiros estratégicos na região.

A União Europeia tem mantido uma política de boa vizinhança na região, exercendo um programa de incorporação de novos membros que devem atender a requisitos preestabelecidos, com o objetivo de se manter como o grande ator de poder na região, assegurando segurança de seus cidadãos e a sobrevivência enquanto bloco e dos Estados membros.

A Ucrânia busca sobreviver após sofrer a ruptura de governo, rebeliões em regiões do país e a ameaça constante dos russos.

O posicionamento da União Europeia na anexação da Crimeia pelos russos foi brando. A reação por parte do bloco foi apenas algumas sanções econômicas e declarações de repúdio, o que na nossa análise se apresentou pela interdependência econômica entre os dois atores e a grande dependência do bloco por recursos naturais da matriz energética vindo da Rússia. Isto dá grande vantagem aos russos, aumentando o seu poder relativo à UE.

A produção deste trabalho buscou apresentar uma análise de um conflito recente com base em uma teoria clássica, por acreditar que os atores e os elementos do conflito podem ser entendidos e o conflito explicado a partir da perspectiva da Teoria do Realismo Clássico das relações internacionais.

Referências

ADAM, G. P. **As relações entre Rússia, Ucrânia e Belarus no pós-união soviética**. I simpósio em relações internacionais do programa de pós-graduação em RI San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), 2007.

BARATA, P. **A Ucrânia, EU e a Rússia: Softpower versus Realpolitik?**. Observare Universidade Autónoma de Lisboa, Vol. 5, nº 1, pp. 33-50, 2014.

BOURBON, M. J. G. B. A. **Unidade na diversidade? A resposta da União Europeia à Rússia durante a crise ucraniana, 2016**. Dissertação de mestrado. ISEG – Lisboa, 2016.

CANCIAN, R. - **Especial para a Pedagogia & Comunicação** - 2008 < <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/geopolitica-teorias-do-heartland-e-do-rimland.htm>> acessado em 06 de março de 2017.

CASTRO, T. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

FIGUEIREDO, J. A. R. G. **Dinâmicas da Política Externa Russa: as relações com a União Europeia nos mandatos de Putin e Medvedev, 2012**. Dissertação de mestrado. FEUC – Coimbra, 2012.

HENDLER, B. **A crise na Ucrânia e os complexos regionais em segurança internacional: um exercício analítico a partir da escola de Copenhagen**. Revista Conjuntura Austral, Vol. 5, nº 26, pp. 05-14, 2014.

LAZZARI, T. C. **A política externa russa do início do século XXI: tendências e perspectivas**. Revista Conjuntura Austral, Vol. 2, nº 34, 2011.

MIELNIZUK, F. **A crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais**. Revista Conjuntura Austral, Vol. 5, nº 23, 2014.

NOGUEIRA, J. P.; NIZAR, M. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PENA, R. A. – **A importância estratégica da Crimeia** < <http://brasilecola.uol.com.br/geografia/a-importancia-estrategica-crimea.htm>> acessado em 02 de abril de 2017.

PENA, R. A. – **Crise política da Ucrânia** < <http://brasilecola.uol.com.br/geografia/crisepoliticanaucrania.htm> > acessado em 17 de março de 2017.

Reis, T. N. **A Geopolítica da Rússia: Uma Análise Através da Geopolítica Clássica e do Choque de Civilizações**. 2015. Monografia de Graduação em Relações Internacionais – UNICEUB, Brasília, 2015.

SARFATI, G. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SIMPSON, J. - **O plano que permitiu à Rússia a anexação secreta da Crimeia** – 2014 < http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140319_golpe_crimea_lk> acesso em 04 de abril de 2017.

SLOBODA, P. M. P. **A anexação da Criméia pela Rússia: uma análise jurídica**. CEDIN.